

ADRIANA CORSINI MENEGOLLI E MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI

## Paisagem cultural das Usinas Sucroalcooleiras de Araras, SP: dialética entre preservação e transformação

*Cultural landscape of Araras Sugar Mills, SP: dialectic between preservation  
and transformation*

**Adriana Corsini Menegolli**

Arquiteta e urbanista pela EESC-USP em 1993. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela PUC-Campinas em 2020, pesquisadora do grupo de Patrimônio, Políticas de Preservação e Gestão Territorial pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Docente e pesquisadora do Laboratório Cidades no curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Edmundo Ulson – UNAR, em Araras, SP.

*Architect and urban planner at EESC-USP in 1993. Master's degree in Architecture and Urbanism at PUC-Campinas in 2020, researcher in the group of Heritage, Preservation Policies and Territorial Management by the Graduate Program in Architecture and Urbanism at the Pontifical Catholic University of Campinas. Professor and researcher at Laboratório Cidades in the Architecture and Urbanism course at Centro Universitário Edmundo Ulson - UNAR, in Araras, SP.*

**Maria Cristina da Silva Schicchi**

Professora titular e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq Nível 2. Arquiteta e urbanista, doutora pela Universidade de São Paulo (2002). Pós-doutora junto ao Programa Oficial de Postgrado de la Universidad de Sevilla (2010). É pesquisadora da FAPESP, CAPES e Fundación Carolina (Espanha). É líder do grupo de pesquisa Patrimônio, Políticas de Preservação e Gestão Territorial da PUC-Campinas.

*Full professor and researcher at the Graduate Program in Architecture and Urbanism and at the Faculty of Architecture and Urbanism at the Pontifical Catholic University of Campinas. CNPq Research Productivity Scholarship Level 2. Architect and urban planner, DSc. from the University of São Paulo (2002). Post-doctorate at the Official Postgraduate Program of the Universidad de Sevilla (2010). She is a researcher at FAPESP, CAPES and Fundación Carolina (Spain). She is the leader of the research group Heritage, Preservation Policies and Territorial Management at PUC-Campinas.*

## Resumo

As usinas sucroalcooleiras modificaram a paisagem urbana e rural do interior de São Paulo a partir da década de 1930, após o período de hegemonia da produção do café e seus atores político-econômicos, estimuladas pelo empreendedorismo dos imigrantes europeus e por privilégios no governo do Estado Novo. A partir da década de 1990, as alterações tecnológicas transformaram intensamente as relações de trabalho, iniciando a perda de referências culturais da região. Neste artigo, será tratado o conjunto formado por três usinas sucroalcooleiras localizadas no município de Araras, SP. Articuladas pelo monocultivo da cana de açúcar, formam um recorte geográfico que reproduz a paisagem de grande parte do interior do estado: a Usina São João e a Usina Santa Lúcia, que estão ativas economicamente e a usina Palmeiras, que está inoperante e desocupada, tendo perdido vários edifícios e significados culturais. O artigo se apoiou, em termos metodológicos, na leitura da paisagem, utilizando o conceito de paisagem cultural para o reconhecimento e a gestão do valor cultural expresso no objeto de estudo, as usinas, que por se manterem ativas ou preservadas fisicamente, invocam o cotidiano para o debate no campo do patrimônio. A análise das relações de trabalho, intrínsecas à formação dos conjuntos, revelaram modos de vida urbanos articulados e indissociáveis do rural. Através da síntese do inventário dos remanescentes materiais e de entrevistas com os sujeitos - diretamente envolvidos com a história e as atividades contemporâneas das usinas - buscou-se compreender os principais referenciais de herança coletiva e prática cultural presentes na região. Como resultado, foram propostos parâmetros para a identificação e preservação de valores da paisagem analisada.

**Palavras-chave:** Paisagem cultural. Patrimônio agroindustrial. Usinas sucroalcooleiras. Araras.

## Abstract

*The sugarcane mills changed the urban and rural landscape of the interior of São Paulo from the 1930s, after the hegemony of coffee production and its political-economic actors, stimulated by the entrepreneurship of European immigrants and government privileges. Since the 1990s, technological changes have rigorously transformed labor relations, leading to the loss of cultural references in these places. This paper deals with the set of three sugar and alcohol plants located in Araras, SP, articulated by the sugarcane monoculture, forming a geographical cut that reproduces the landscape of much of the interior of the São Paulo state: Usina São João and Usina Santa Lúcia, which are economically active and the Palmeiras plant, which is closed and unoccupied, having lost several buildings and cultural meanings. The study was based on the description of the cultural landscape as a concept that can recognize and manage the cultural value expressed in the object of study that remains operative, bringing the value of daily life to the debate in the field of heritage. The analysis of labor relations, intrinsic to the formation of groups, revealed articulated and inseparable urban ways of life of the rural. The research sought, through the synthesis of the inventory of material remnants and interviews with the subjects - directly involved with the history and contemporary activities of the plants - to understand the main references of collective heritage and cultural practice present in the region. As a result, parameters were proposed for the identification and preservation of values of the analyzed landscape.*

**Keywords:** Cultural landscape. Agroindustrial heritage. Sugarcane mills. Araras.

## Resumen

Las industrias sucroalcoholera cambiaron el paisaje urbano y rural del interior de São Paulo a partir de la década de 1930, luego del período de hegemonía en la producción de café y sus actores político-económicos, estimulado por el espíritu empresarial de los inmigrantes europeos y por privilegios en el gobierno del Estado Nuevo. Desde la década de los noventa, los cambios tecnológicos han transformado intensamente las relaciones laborales, comenzando a perder los referentes culturales de la región. En este artículo se tratará el grupo formado por tres industrias de azúcar y alcohol ubicadas en el municipio de Araras, SP. Articulados por el monocultivo de la caña de azúcar, forman un corte geográfico que reproduce el paisaje de gran parte del interior del estado: Industria São João y Industria Santa Lúcia, que son económicamente activas y la Industria Palmeiras, que se encuentra inoperativa y desocupada, habiendo perdido varios edificios y significados culturales. El artículo se apoyó, en términos metodológicos, en la lectura del paisaje, utilizando el concepto de paisaje cultural para el reconocimiento y gestión del valor cultural expresado en el objeto de estudio, las industrias, que por permanecer activas o preservadas físicamente, invocan lo cotidiano para el debate en el ámbito del patrimonio. El análisis de las relaciones laborales, intrínseco a la formación de grupos, reveló estilos de vida urbanos articulados e inseparables de lo rural. A través de la síntesis del inventario de los materiales restantes y entrevistas con los sujetos - directamente involucrados con la historia y actividades contemporáneas de las industrias - se buscó comprender los principales referentes del patrimonio colectivo y la práctica cultural presentes en la región. Como resultado, se propusieron parámetros para la identificación y preservación de valores del paisaje analizado.

**Palabras clave:** Paisaje cultural. Patrimonio agroindustrial. Industrias sucroalcoholeras. Araras.

## Introdução

As usinas de processamento da cana de açúcar modificaram a paisagem urbana e rural do interior de São Paulo, a partir da década de 1930, após o período de hegemonia da produção do café, estimuladas pelo empreendedorismo dos imigrantes europeus e por privilégios no governo do Estado Novo. A dinâmica própria das relações de trabalho dessa agroindústria formatou territórios de vida urbana. Inseridos num rural que se tornou agromonocultural, provocou o redesenho das cidades com as quais se relacionava simbioticamente. A partir da década de 1990, as reestruturações empresariais e alterações tecnológicas transformaram as relações de trabalho, esvaziando as vilas operárias rururbanas, esmaecendo seus fluxos cotidianos e iniciando a perda de referências culturais destes lugares.

O artigo apresenta a análise do conjunto formado por três usinas em Araras - SP, que, a exemplo de outras cidades do interior do estado, foi transformada econômica e socialmente pelo setor sucroalcooleiro, o que provocou mudanças em sua estrutura fundiária e em sua morfologia urbana. O monocultivo da cana de açúcar, intrínseco às usinas, monopolizou a paisagem regional, formando um recorte geográfico singular. Esse recorte é parte da paisagem que se estende ao longo do território ocupado pelo setor sucroalcooleiro entre Piracicaba e Ribeirão Preto, entre as décadas de 1930 e 1950. Duas das usinas, a São João e a Santa Lúcia, permanecem economicamente ativas, com estrutura de gestão e propriedade familiar, mas participam do setor econômico globalizado, que tensiona as relações no território. A terceira, a Usina Palmeiras, está inoperante e desocupada, com parte de seu patrimônio demolido e perda de significados culturais, desde meados da década de 1990. Contudo, permaneceu como referência imagética e social da “paisagem das usinas”, para as cidades de Araras e Leme.

Considerando o objeto de estudo como formador e contínuo transformador do território no tempo presente, portador, portanto, de valor cultural, de que forma deveria/poderia ser preservado?

Nos processos de homogeneização cultural atuais, é necessário considerar que os sujeitos têm dificuldade em se identificar com os lugares em que vivem, sendo o reconhecimento como comunidade um importante fator para a sustentabilidade dos territórios. As marcas remanescentes no território ativam memórias, e o jogo de memórias - lembranças e esquecimentos - fundamentam a identidade dos sujeitos (CANDAU, 2016). São elas, portanto, que os vinculam individual e socialmente aos lugares e lhes dão sentido. O patrimônio cultural pode ser eleito pelo comportamento narcisista de construção da imagem da identidade humana (CHOAY, 2001), mas faz parte da reflexão de ser e estar nos lugares, do comprometimento que impulsiona os enfrentamentos cotidianos.

Nesse sentido, procurou-se entender o patrimônio cultural das usinas através dos valores percebidos pelos sujeitos envolvidos, com seus conflitos e diversidades intrínsecos, sem reduções, admitindo a complexidade própria dos objetos de estudo. Foram considerados aspectos como a memória do trabalho, as particularidades da indústria, o patrimônio natural, os fluxos sociais de esvaziamento do campo pelo monocultivo da cana de açúcar, as relações econômicas, as singularidades arquitetônicas e urbanísticas, as celebrações; sobre os quais, indagou-se: Como abordar essa complexidade? Como pensar priorização de valores para ser viável a gestão desse patrimônio? E ainda, em que grau é possível gerir uma paisagem contida num território privado?

A abordagem das questões se deu por meio do conceito de paisagem cultural, por permitir o reconhecimento de um objeto dinâmico, a compreensão de suas transformações e subsidiar a discussão sobre a preservação das referências culturais presentes na região.

Entende-se a paisagem cultural como um conceito integrador que permite compreender e articular as relações no território estudado, sem pretender alçá-lo a categoria patrimonial. Admite-se, nesse conceito, a complexidade de fatores como princípio, e a busca de superação da fragmentação do campo convencional de atuação da preservação, em especial, quando se propõe a relacionar valores culturais e vínculos de pertencimento da população local; torna possível compor um entrelaçamento dinâmico entre os valores preexistentes e as tendências de uso do lugar, apontando critérios para o planejamento integrado do território; permite incluir elementos de transformação sem excluir a memória dos lugares, os quais, no caso do conjunto das usinas, têm grande valor econômico também (RIBEIRO, 2007).

Muito além da percepção visual - condição fundamental para a existência da paisagem - a paisagem cultural das usinas aporta elementos estruturadores ao território, em seu papel integrador, traduzido nos fluxos cotidianos, no habitar, no trabalhar, na fruição e convivência do lazer e da comemoração, tornando-a um bem cultural (MENESES, 2002).

## Paisagem cultural e patrimônio industrial

Choay (2001) aponta que a preservação do patrimônio é uma construção europeia provocada pela ruptura do passado, dentro do pensamento positivista do século XIX onde o ideal do progresso contínuo necessita da constatação histórica para seu reconhecimento, a matéria como prova inequívoca do passado. Os bens, eleitos a partir desses parâmetros, adquiriram significação cultural e a relação social com esses bens estava pautada no respeito à matéria, na visão de linearidade, onde o tempo não pode ser revivido e revertido (CHOAY, 2001).

A valorização da preexistência consolidou-se nas décadas de 1970 e 1980, a ponto de tornar as cidades dependentes da imagem que sua história, seu patrimônio e suas instituições culturais ajudaram a criar. Este caminho, impulsionado pela globalização, extrapolou as ações especializadas, direcionando-se às ações políticas. Os diversos aspectos da reestruturação produtiva, como a dinâmica vertiginosa do mercado financeiro, a transnacionalização das empresas, a integração das mídias e os deslocamentos, impactaram na reestruturação dos lugares, convergindo em uma forma de segregação: valorização de espaços isolados de seus contextos e esquecimento de outros nos interstícios. Os lugares adquiriram um potencial de captação de recursos externos, e a cidade assumiu um papel de produto de consumo, homogeneizando as relações humanas e a representatividade dos diferentes patrimônios culturais (GOMES, 2011).

Com a perda de identidade cultural dos lugares, consequência dos processos homogeneizadores, fortalece-se o debate sobre autenticidade e integridade do patrimônio cultural. A carta de Nara, do ICOMOS, de 1994, ampliou o entendimento da autenticidade como um sistema vinculado a processos sociais de construção de valor, incluindo premissas do pensamento oriental, onde os atributos sociais, imateriais, usos, significados e tradições podem prevalecer em relação à materialidade. Nesse processo de alargamento conceitual, o Conselho de Ministros da Europa, em 1995, recomendou o potencial integrador da paisagem cultural, formalizado na Recomendação de Viena. Em consonância com a Unesco, o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) regulamentou a paisagem cultural como instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro, em 2009, por meio da Portaria nº 127. Na chancela, a Paisagem Cultural Brasileira é definida como a porção peculiar do território nacional,

representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

No final do século XX, a desvinculação da população com seu patrimônio foi entendida como forte entrave e desafio para a preservação. Neste sentido, o alargamento do campo do patrimônio cultural aproximou-se de valores da vida cotidiana, do trabalho e do trabalhador, momento em que se intensificou o reconhecimento do patrimônio industrial e de outros, até então, pouco discutidos, como o vernacular e, principalmente, o imaterial.

O interesse pelas remanescências industriais inaugura-se na Inglaterra, no final da década de 1950, quando importantes testemunhos da arquitetura industrial foram demolidos. A repercussão pública desse processo extrapolou a discussão sobre a perda do patrimônio edificado e impulsionou a associação da memória industrial aos processos produtivos, meios de transporte e formas de produção de energia, que resultou em uma concepção multidisciplinar dessa expressão cultural (KÜHL, 2006).

O aprofundamento desse debate implicou o surgimento de organizações dedicadas ao patrimônio industrial, a exemplo do The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), criado em 1978, cujo intercâmbio de ideias começa a se consolidar na carta de Nizhny Tagil em 2003. Tal carta era ainda centrada na noção da arqueologia industrial e na conservação de vestígios, e não discutiu a complexidade do patrimônio operante, questão que somente será abordada em 2011, com a publicação dos “Princípios de Dublin”. Nesse documento - que trata da Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Patrimônio Industrial, num esforço conjunto entre TICCIH e ICOMOS, incorporou-se, de modo decisivo, a cultura imaterial envolvida, como as tecnologias, as memórias, os saberes, as artes e os costumes. A partir desse documento, a dinâmica de patrimônios vivos, como no caso das usinas estudadas neste artigo, foi ressaltada por seu sentido de continuidade histórica, e não apenas como vestígios arqueológicos.

Hoje, consideram-se, para análise desses novos objetos patrimoniais, a sustentabilidade local, a comunidade envolvida e sua viabilidade econômica. O patrimônio, ao tornar-se parte da identidade de um território em transformação, pode contribuir para a ordenação do mesmo, não como um monumento a ser conservado, mas como vetor de valores coletivos, da expressão da memória coletiva.

## O risco da nostalgia

O patrimônio aproximou-se tanto do sentido das palavras memória e identidade que, em muitos casos, se tornou quase um sinônimo. Identidade, memória e patrimônio são palavras chave da consciência contemporânea (HERVIEU-LEGER apud CANDAU, 2016, p16), admitindo-se ainda que o patrimônio é uma dimensão da memória. Pode-se “interpretar essa profunda necessidade de uma auto-imagem forte e consistente como uma maneira, encontrada pelas sociedades contemporâneas, de lidar com as transformações de que elas não dominam nem a profundidade nem o ritmo acelerado, e que parecem questionar sua própria identidade” (CHOAY, 2001, p.241). O valor de ancestralidade e de culto ao patrimônio podem refletir um anseio de contemplação e celebração da identidade humana. Esse narcisismo é um estágio necessário para o desenvolvimento humano, mas passageiro: o culto ao patrimônio se justifica por um tempo próprio de confortar a identidade, refletir sobre ela e propulsionar os enfrentamentos cotidianos.

Para Choay (2001), se faz necessário o olhar crítico sobre a forma indiscriminada com que o conjunto dos patrimônios são reunidos, eliminando as diferenças, heterogeneidades e fraturas, como um método confortável de redução e supressão fictícia dos conflitos.

A ficção narcisista tende a confundir história e memória, a levar a um “passadismo encantatório” (CHOAY, 2001, p. 253) e resultar na eleição de um patrimônio nostálgico cuja gestão será insustentável. É preciso que se admita que o patrimônio é um “aparelho ideológico da memória” que “serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói do passado” que, em busca de uma “memória justa” deve apresentar-se como um “patrimônio ético” (POULOT, 2009).

Conscientemente, correndo o risco de atribuir encantamento ao objeto, pretendeu-se o reconhecimento da paisagem cultural das usinas - contínua no território - partindo da fruição do presente, instituída pela memória, em digressão às possibilidades de significados do passado. Ou seja, o objeto como vivenciado no presente, procurando entender sua identidade em transformação, mantendo o equilíbrio dos modos pessoal e impessoal, dentro da dinâmica do tempo e da cultura (CARSALADE, 2011).

## A formação do território das usinas em Araras

Partiu-se do conhecimento da formação do território das usinas para entender a paisagem atual. Primeiro, sua abrangência territorial: as usinas sucroalcooleiras e a monocultura da cana-de-açúcar conformaram a paisagem de várias regiões do interior de São Paulo. O território paulista tem uma área plantada de 5,5 milhões de hectares, que representa 55% da produção brasileira, a maior do mundo, de acordo com os dados da Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE 2018.

Com o declínio da cultura do café na década de 1930/40, houve uma alteração na paisagem da região nordeste do estado, com a substituição massiva do café pela cultura da cana-de-açúcar, estimulada pelo empreendedorismo dos imigrantes europeus e por privilégios obtidos no governo do Estado Novo. Os imigrantes europeus trouxeram consigo práticas e conhecimentos científicos que, a partir do acúmulo de capital, oriundo, principalmente, de atividades comerciais, levou-os a investir na produção de aguardente, produto de comercialização fácil e de boa rentabilidade, seguida pela produção de açúcar e álcool, adquirindo partes das terras barateadas pela decadência do café.

Em 1935, José Ometto adquiriu a Fazenda São João e substituiu o cafezal pela cana de açúcar, reproduzindo o negócio que sua família de imigrantes italianos havia desenvolvido em Piracicaba, desde a chegada ao Brasil, na virada do século XIX para o XX. O empreendedor montou um engenho de aguardente (do qual hoje resta apenas uma chaminé e um edifício em ruínas em meio ao mar de cana) e a primeira destilaria de álcool. Terras adjacentes foram sendo adquiridas, investimentos foram aplicados em novos maquinários e, em 1941, seus filhos montam a Sociedade Agrícola e Comercial Usina São João, construindo uma nova usina para produção de álcool às margens do Ribeirão Ferraz. Em 1944, incentivados pelo IAA, obtiveram licença para produção de açúcar. O líder, Hermínio Ometto, foi prefeito de Araras de 1952 a 1955, e destacou-se como empreendedor e político local (ORZARI, 2001; ALMEIDA, 1948).

Em 1940, o irmão de José Ometto, Jeronymo, procedente de Piracicaba, adquiriu uma gleba de terras para plantio de cana de açúcar e montou a destilaria de aguardente

e álcool Santa Lúcia, que entrou em operação imediatamente, em 1941, também estimulada pelo IAA, para suprir demanda de álcool durante a 2ª. guerra mundial. Jeronymo conseguiu licença para produção de açúcar em 1946, quando desenvolveu as instalações da usina, bem como sua vila operária.

A usina Palmeiras foi fundada em 1946, por membros integrantes da Cooperativa Ararense dos Plantadores de Cana, produtores agrícolas de Araras, cafeicultores proprietários de importantes fazendas, contíguas às terras da usina, que passaram a produzir cana de açúcar. Os proprietários desta Usina estavam ligados à política municipal, tendo sido, um deles, Francisco Graziano, prefeito municipal de 1958 a 1962.

Neste período, o IAA avançou no desenvolvimento de biotecnologias, contando ainda com a ação de pesquisa e ensino da ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), criada em 1901 em Piracicaba, SP. Durante a 2ª guerra mundial, considerando o risco de desabastecimento do sul do Brasil, as usinas paulistas reivindicaram o aumento de produção e, em uma década, tornaram-se os principais produtores brasileiros. Houve mudança de lideranças econômicas e sociais, alteração de vínculos de trabalho e transformação na relação campo-cidade (VALIO, 2014).

Na década de 1960, o foco do setor era ampliar o número de instalações e a área de plantio, fato que transformou a paisagem do interior do estado, e também desencadeou uma crise por excesso de produção e obsolescência das instalações. Aproveitando uma fase de alta de preços no mercado internacional, a reação das entidades envolvidas foi financiar, em 1973, a remodelação da maior parte das usinas.

Concomitantemente, ocorria a crise mundial do petróleo e, com as usinas em processo de modernização, o governo implementa o Proálcool (programa de incentivo à produção e uso do álcool como combustível, em substituição à gasolina), em 1975. Com crédito do programa federal, estas paisagens se consolidaram como imagem da força econômica na região e do enriquecimento de suas cidades e suas usinas.

Nesse período, ocorreram importantes processos de migração e expansão urbana, induzidos pelas políticas de subsídio e suporte trabalhista do Programa Proálcool. Pressionando os limites urbanos, gerou-se um vínculo do poder deste setor com gestores do território, refletindo seu domínio na cultura e dinâmica urbano-rural. Neste período, consolidaram-se as vilas operárias e seus aparatos rururbanos, formados para favorecer o vínculo e a dependência do trabalhador com a indústria. A operação produtiva da cana de açúcar, especificamente, seu corte manual após a queima, exigia mão de obra numerosa e resistente à atividade, que induziu uma migração intensa e sazonal de trabalhadores, proveniente do Nordeste brasileiro, conhecidos como “boias-frias” (D’INCAO, 1981). Uma parte destes trabalhadores permaneceu na região e provocou uma expansão urbana dispersa.

Após o fim da ditadura militar, na reabertura de mercado, na década de 1990, alterou-se a relação estatal com o setor, findaram-se os incentivos e serviços dados à produção sucroalcooleira e iniciou-se um processo gradativo de desregulamentação deste mercado, extinguindo-se o IAA, por exemplo (VALIO, 2014). A reação do setor não foi estratégica, revelando a dependência de planejamento e de tecnologia criados pelos governos anteriores. Em 1994 e 1995, a redução de compra de açúcar da Rússia, importante mercado de exportação no início da década, associada a fatores climáticos e produtivos, provocou forte depressão nos preços deste commodity.

Neste momento, o setor se agrupou em cooperativas privadas e se profissionalizou, e as gestões familiares foram alteradas para gestões de mercado. A legislação ambiental

referente ao corte de cana impôs o processo mecanizado e alterou as condições de trabalho, restringindo a captação de mão de obra não qualificada.

Uma grande parte das usinas possuía administração familiar, dependente das relações de poder de intervenção do estado, principalmente em relação às questões trabalhistas e tecnológicas. Houve fechamento de um grande número de usinas e outras foram vendidas para grandes grupos econômicos, sem vínculo algum com o território. As relações de poder passaram do nível municipal para a dimensão global. Os remanescentes culturais, materiais ou imateriais, passaram a ser considerados apenas como um passivo dispendioso.

A partir de 2007, e com cronograma final em 2014, o Protocolo Agroambiental, entre o governo do Estado de São Paulo e o setor sucroalcooleiro, extinguiu a queima da cana de açúcar, consolidando a colheita mecanizada. Além do processo de evolução tecnológica, próprio das indústrias, a mecanização da colheita redefiniu o potencial de empregabilidade do setor. A mecanização intensificou o despovoamento das áreas rurais e alterou o perfil do trabalhador, diminuindo a captação da mão de obra não especializada disponível nos conjuntos e no território adjacente (TORQUATO, 2012).

As alterações tecnológicas transformaram intensamente as relações de trabalho, esvaziando as vilas operárias rururbanas, formadas de seus fluxos cotidianos, iniciando a perda de referências culturais destes lugares por seus habitantes.

São esses habitantes, os sujeitos envolvidos com as usinas, principalmente, os que significam as práticas e criam as representações sociais. Desta forma, a pesquisa se propôs a obter impressões dos envolvidos: moradores, ex-moradores, usuários dos conjuntos, funcionários e ex-funcionários, além de proprietários, procurando sempre associá-las ao contexto com o qual estabeleceram vínculos, evidenciando consensos, diferenças e conflitos. Nas narrativas, foram reconhecidas posturas de nostalgia e negação do conflito, justificadas pelo desejo de apaziguar as lembranças desagradáveis e afirmar a identidade da comunidade. Constatou-se que refletir sobre essa realidade positivamente, era uma forma de aceitar os enfrentamentos cotidianos, além de reforçar, no imaginário do sujeito, a existência e importância do lugar de origem em sua formação<sup>1</sup>.

## A paisagem cultural das usinas em Araras

Considerou-se como elementos que individualizam essa paisagem, o conjunto das 3 usinas sucroalcooleiras e suas práticas cotidianas associadas, e a atividade econômica propulsora desta dinâmica - o monocultivo da cana de açúcar - que constroem as especificidades e valores passíveis de reconhecimento como patrimônio regional. A Figura 1 mostra uma dessas especificidades, a predominância do cultivo na ocupação do território de Araras, em especial, irradiada a partir das usinas. De acordo com a Recomendação de Viena de 1995, identifica-se a paisagem cultural em estudo como “paisagem essencialmente evolutiva” ou “paisagem com continuidade”, na qual a paisagem é constantemente alterada pelo cotidiano das relações socioculturais que, a despeito dessa atualização, mantém-se desde sua formação. A paisagem ainda conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, ligada ao modo de vida tradicional e ao processo evolutivo contínuo.

<sup>1</sup> Foram entrevistados, ao todo, 26 sujeitos, no período entre janeiro e agosto de 2019, no município de Araras (CORSINI, 2020).

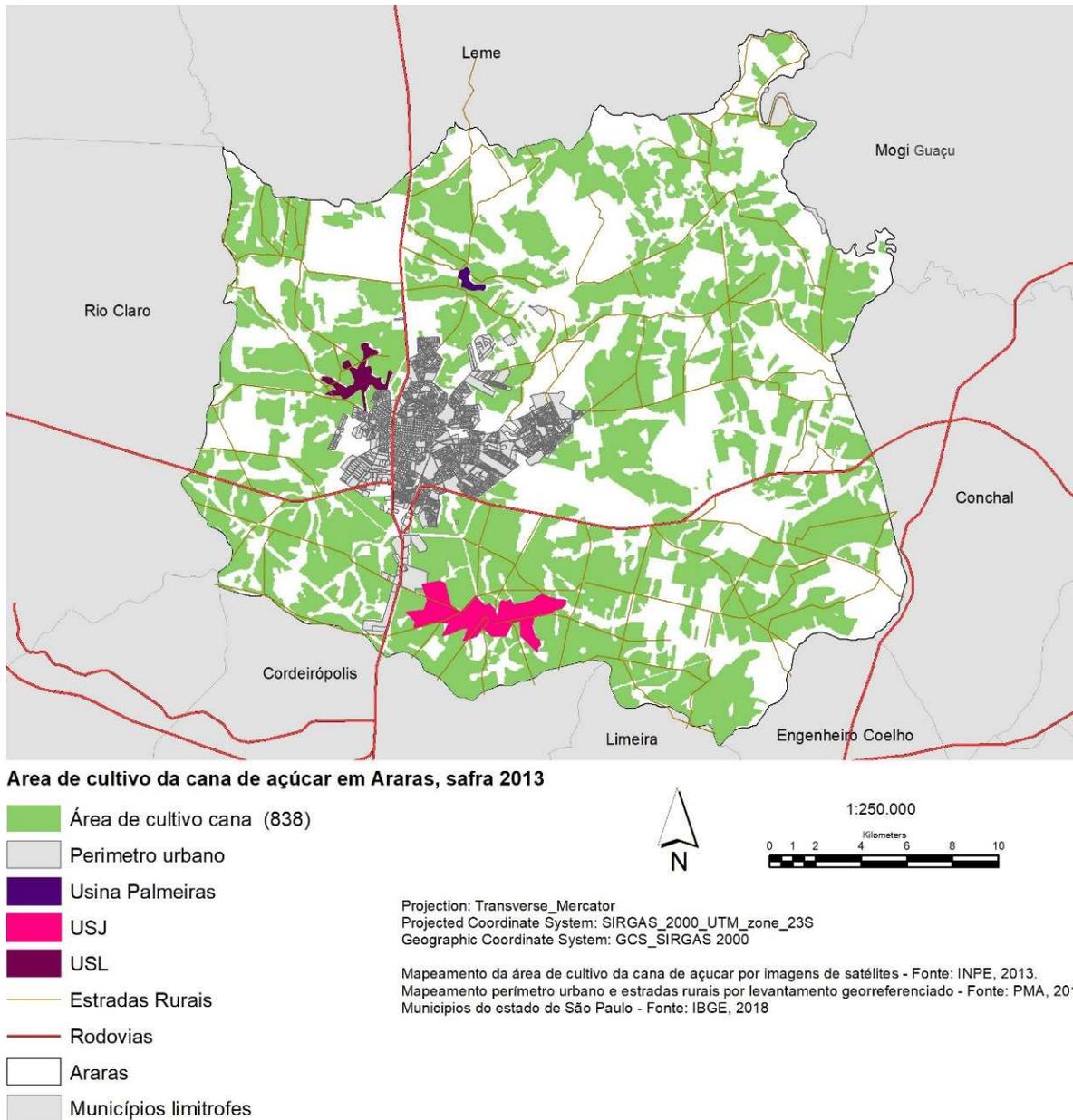


FIGURA 1. Mapa de localização das usinas e área de cultivo de cana de açúcar em Araras.

Fonte: CORSINI, 2020, p.109.

Isso fica evidente quando se observa a narrativa de um dos entrevistados, que destaca as sucessivas gerações envolvidas, bem como a longevidade das relações dos indivíduos com a empresa, ainda no presente:

*Eu acho que a fixação aqui é muito pela filosofia da diretoria, eles preservam muito o funcionário. A rotatividade do funcionário é muito baixa. O Natalino tinha 84 anos antes de parar, desde os 20. Meu avô também, trabalhou aqui até morrer. Meu pai vai na mesma, já se aposentou, mas continua trabalhando. A gente até se espanta quando alguém é demitido. É mais uma tradição da usina. Se precisa de alguém novo, procura sempre do mais próximo, dentro daqui se possível. A própria casa é um vínculo, as pessoas respeitam a relação da casa com a empresa (MORAES, 2019).*

Sobre a escolha dos sítios das usinas, algumas características produtivas definiram as implantações e compras das terras em Araras. O teor de sacarose na cana de açúcar diminuiu rapidamente com o tempo pós colheita, o que afetou o processamento do açúcar e do álcool na usina. Por isso, a área de plantio, preferencialmente, com relevos pouco acidentados, precisava estar diretamente ligada ao sítio da usina, evitando perdas de logística, com o tempo. Essa condição afirmou o vínculo territorial da agroindústria como um todo, área fabril e área agrícola, de forma indissociável. Outra condição imperativa, o uso abundante de água no processo produtivo, levou as usinas a implantações próximas a mananciais.

A condição de proximidade entre matéria prima, fonte de energia e unidade fabril, foi o elemento motor de um planejamento autóctone e um ordenamento urbano no campo. Essa dicotomia foi herdada dos engenhos de açúcar e das grandes propriedades cafeeicultoras coloniais, reunindo diferentes padrões de moradia, capelas, áreas de lazer e comércio ao redor das unidades fabris. A estrutura autônoma incluía serviços urbanos de atendimento de saúde, escolas, hospedaria, postos de combustível, cinema, agremiações sociais e clubes esportivos.

Segundo Campagnol (2008), a implantação de vilas operárias teve motivações econômicas e uma nítida intenção de controle social dos trabalhadores pelos patrões, em um período histórico onde o sistema empresarial mantinha relações de poder paternalistas, fortemente verticalizadas e hierarquizadas, acentuadas pelas relações de poder, de posse da terra e sistemas de trabalho agrícola herdados. As vilas asseguravam a disponibilidade em tempo integral do trabalhador, boas condições de moradia e o controle do uso de seu tempo livre. A vila operária era vista como um espaço disciplinador do operário, local orientador de valores tradicionais, para “homens de bem”.

Na maior parte das narrativas dos sujeitos, que moraram ou ainda moram nas vilas, a percepção sobre a comunidade formada nas vilas é positiva. Palavras como “tranquilidade, segurança, amizade, família e bem-estar” são constantes, a despeito das condições de trabalho e dominação relatadas anteriormente, e o sentimento de pertencimento ao lugar permanece.

A difusão das vilas operárias fabris ocorreu em larga escala por todo Brasil, no período de 1880 a 1930, expressando a era industrial que se instaurava, através de modelos arquitetônicos que remetiam a valores, materiais e símbolos relacionados à sua produção, assim como seus usos, funções e conflitos sociais (BARROS et al., 2006).

O conjunto de moradias com plantas semelhantes, de baixo custo, com certa padronização e habitações diferenciadas pela hierarquia, para técnicos, gerentes e proprietários, proporcionavam a convivência dos diferentes níveis, criando um imaginário de possibilidade de ascensão e formando certo consenso comunitário em favor do sucesso da empresa. Essa era a face da dinâmica social imposta, de patrão/proprietário e operário/inquilino, ou seja, as vilas operárias eram um instrumento de pressão salarial, que reduzia a rotatividade de mão de obra (CAMPAGNOL, 2008).

Os conjuntos rururbanos das usinas em Araras foram construídos por modelos arquitetônicos e urbanísticos muito similares entre si. Mantiveram o alinhamento às vias de acesso, presente nas colônias agrárias, mas adotaram padrões racionalistas urbanos, com espaços públicos centrais e parcelamento regular, com sistema de quadras e lotes e sistema viário com passeios. Os edifícios públicos, como igrejas e escolas, foram implantados formando largos.

As residências adotaram modelos com implantação geminada duas a duas, ou isoladas no lote, conforme diferenciação de cargos e funções, com a presença ou não de recuos e alpendres. Entre os modelos arquitetônicos remanescentes, nota-se principalmente a presença de um ecletismo simplificado, sem ornamentos. Os

tijolos aparentes se tornaram a principal característica do despojamento desta nova paisagem agroindustrial.

As vilas operárias das usinas eram abertas e próximas a estradas de fluxo intenso, aproximando-se, em termos morfológicos, das cidades interioranas, pequenas urbes rurais ou núcleos rururbanos. Atualmente, apenas a vila da Usina São João continua aberta, as outras duas têm fechamento com cerca e controle de acesso.

Os núcleos eram centralidades, para as quais convergiam os fluxos cotidianos dos moradores das regiões rurais. Foram, desde sua implantação, territórios de manifestações sociais agregadoras, potencializando espaços de lazer e formatando características culturais próprias.

As narrativas trazem à lembrança a excitação dos campeonatos de futebol, de vôlei, de bocha, das sessões de cinema, bailes e festas. A presença das represas também atraía um fluxo de lazer e de pesca. O clube da USJ está desativado, mas há manutenção constante, com uso eventual do campo de futebol e do salão social, sendo constantemente alugado para eventos. O estádio da USL cedeu lugar para o tanque de esfriamento de água, permanecendo apenas um galpão para eventos. As instalações da Usina Palmeiras estão abandonadas, mas o campo permanece com possibilidade de uso eventual, sem controle de acesso, isolado do conjunto.

A exibição nas salas de cinema das três usinas era terceirizada, pela mesma pessoa, e havia censura nos títulos selecionados, optando-se por filmes épicos estrangeiros, relacionados à formação dos indivíduos “honestos e trabalhadores”, valores implícitos no ideário do conjunto, considerando que tal postura não se restringia ao ambiente específico das usinas. A atividade cinematográfica terminou no final da década de 1980, durante a crise do setor cinematográfico no Brasil, quando se alterou o modelo de salas de cinema para o sistema Multiplex.

Um dos maiores fluxos sociais, que se refletia na fruição e potencial de encontro das vilas, era o das escolas primárias. Administradas pelo poder público municipal, centralizavam as crianças de cada região. A escola da USJ foi transferida para a gestão do governo do estado de São Paulo e consolidou-se como a principal escola rural de Araras. A escola da Usina Palmeiras fechou, juntamente com a empresa e a escola da USL, devido à proximidade de outros equipamentos de atendimento ao bairro contíguo. Ou seja, um simples expediente administrativo, desconectado da compreensão do valor cultural daqueles edifícios, desmobilizou totalmente núcleos de convívio social e cultural.

Outro fluxo social de frequência intensa eram os entrepostos comerciais. A atividade comercial rural estava estabelecida em dois grupos gestores, e inter-relacionavam as usinas. Além dos armazéns, as farmácias também eram pontos de atração dos fluxos regionais, estendendo sua atividade comercial para o atendimento básico de saúde, como foi senso comum por todo o século XX no Brasil. Atualmente, não há atividade comercial formal na USL e na USJ, e os atendimentos de saúde são realizados nos ambulatórios das empresas. Ou seja, mais um fluxo, responsável por deslocamentos entre as usinas e por integrar os equipamentos com a própria cidade, se perdeu.

Sem os fluxos cotidianos, com potencial de alçá-las como pontos referenciais na paisagem e para a cidade como um todo, as vilas permanecem como centralidades locais, com valor de uso dado pela práxis social vinculada ao espaço habitado, as igrejas e poucas celebrações anuais, como festas religiosas de celebração de início e fim de safra e a festa junina da Usina São João, que aguarda lugar no calendário oficial da cidade. Em contrapartida, também se afirmaram como centralidades globais de negócios.

## Percepção da identidade e valor das memórias

A paisagem cultural é um conceito que pressupõe um sistema vivo, dinâmico e em constante transformação. Está determinada no tempo e no espaço, vulnerável às percepções dos sujeitos relacionados. Sendo assim, para estabelecer critérios de preservação, é importante que os valores e atributos associados à paisagem cultural estejam visíveis, para orientar as escolhas do que deve permanecer nos processos de desenvolvimento e substituição próprios da evolução do lugar, mas também, para que os sujeitos envolvidos possam participar da definição destes atributos e escolhas. O reconhecimento do valor de identidade da paisagem cultural das usinas para uma determinada coletividade, envolvida no tempo presente, tornou-a distinta das demais por sua importância e singularidade.

A percepção do valor cultural pôde ser aferida com a realização de entrevistas, adotadas como parte da metodologia, conforme já dito, com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos e conjunturas econômicas e sociais diversas das usinas, através das narrativas de suas memórias, e da percepção de identidade social que as acompanham. O material coletado nas entrevistas, pelo método de história oral, acrescentou uma visão essencial à pesquisa, para além da descrição do contexto material das paisagens estudadas. Recuperou elementos da vivência pessoal e da memória dos indivíduos que, no conjunto, permitem vislumbrar nuances de uma memória coletiva, que não se encontra em documentos de outra natureza.

A dinâmica econômica das duas usinas que ainda se encontram em atividade, não representa um contraponto ao seu valor cultural, fato apontado nos comentários dos entrevistados que, em vários momentos, defenderam a importância da empresa como bem cultural. Ao considerar o conjunto das três usinas como uma paisagem cultural, a pesquisa buscou revisar os parâmetros já estabelecidos para o patrimônio cultural associado a áreas industriais desativadas, em processo de perdas materiais e imateriais. Tal abordagem permite considerar a prática – saber-fazer, usufruto de arquiteturas relevantes, meio ambiente conservado - antes de tornar-se representação simbólica, o que poderá, no futuro, também representar um recurso de marketing econômico para as empresas.

Sendo o tempo e o espaço variáveis dinâmicas, ao sistematizar os elementos e valores materiais e imateriais presentes, bem como as relações entre ambos, é possível pensar em um engajamento dos sujeitos e grupos sociais relacionados, conforme aponta Poulot (2009), constituindo as chamadas “comunidades de interpretação”. Assim, o desafio é gerar uma sistematização de critérios que permitam a percepção contínua de elementos e valores do território, em sua constante transformação, próprio da vitalidade da paisagem cultural estudada, reconhecendo e valorizando os elementos que a mantêm como tal.

Na sistematização dos elementos da paisagem, o valor é uma construção humana, mas não necessariamente um consenso, antes, é um elemento de disputa, assim como as memórias. O consenso sobre o valor dos remanescentes e sobre memórias leva inevitavelmente a padrões hegemônicos, que reduzem a diversidade de significados (CANDAU, 2016); o valor tampouco possui uma representação quantitativa, mas exclusivamente qualitativa. E, por fim, os valores podem ser excludentes. Desta forma, a sistematização deve ser capaz de gerenciar a fragmentação das memórias, e os critérios não servem apenas para conduzir a tomada de decisão da ação de preservação. Necessitam permanecer sob o domínio dos indivíduos e grupos, permitindo a continuidade de suas práticas sociais, uma vez que, na sociedade contemporânea,

*[...] aceitar ter que fazer escolhas em nossas heranças, reconhecer que a totalidade das memórias nos é inacessível, admitir nossa radical individualidade e a impossibilidade definitiva de um compartilhamento absoluto com o Outro é, talvez, a única maneira de reconstruir as memórias que não serão mais hegemônicas, mas pelo menos sólidas e organizadoras de um laço social em condições de repudiar toda ideia de submissão (CANDAUI, 2016, p. 195).*

Assim, as percepções de valoração dos sujeitos foram classificadas em categorias, conforme apresentado por Ríos (2007), ressaltando-se um dos valores que se tornou relevante nos critérios dessa pesquisa: o valor “por pertencer a um conjunto”. Considerando o contexto das usinas, a despeito dessa categoria apontar elementos de pertencimento a um conjunto, revelaram-se atributos tanto do âmbito rural como urbano, ou seja, híbridos. Fundamentalmente, são aqueles que permitem compreender o processo produtivo integralmente, materiais ou imateriais, que conservam seu valor mesmo quando percebidos de forma fragmentada: implantação e conjunto de edifícios das vilas operárias [Figura2], largo da Capela, na Usina São João, conjunto de casas dos proprietários, escolas e conjuntos industriais.



FIGURA 2. À esquerda: paisagem da Usina Santa Lúcia; à direita: vista da vila a partir da portaria de acesso.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2019.

Ainda segundo a categorização realizada por Ríos (2007), foram reconhecidos, pelos sujeitos, elementos por seu “Valor pela singularidade em projeto”, um critério essencialmente técnico, que refere-se às características irreprodutíveis ou de qualidade única do edifício e do desenho urbano, relacionadas com aspectos do projeto, as quais, no caso dos objetos estudados, poderiam equivaler à Capela de São João Batista, ao Cine Engenho Grande [Figura 3] e à forma do traçado urbano, todos na Usina São João.



FIGURA 3. À esquerda: Cine Engenho Grande; à direita: Capela de São João Batista.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2019.

## Reflexões sobre critérios de preservação cultural

O estudo fundamentou-se no conceito de paisagem cultural, entendendo que não é um conceito novo ou original, priorizando os sujeitos na dinâmica intrínseca à sustentabilidade dos lugares.

Nas últimas décadas do século XX, sem a crença em respostas únicas, esmaece a pertinência das gestões verticalizadas e emergem as resistências, as particularidades dos lugares, o sentido identitário das minorias, forças que explicitam a complexidade que é tratar da diversidade de valores e conceitos. É nesse momento que se reconhece novos valores: inicia-se com os bens materiais como a arquitetura vernacular, os conjuntos históricos híbridos ou heterogêneos, o patrimônio industrial, e culminam com os bens imateriais, o do trabalho e do cotidiano, reconhecendo-se saberes e formas de expressão, cuja demanda é a do próprio sujeito envolvido.

A complexidade dessa abordagem permite identificar o imaterial refletido na sua materialidade, e o material só pode ser um bem cultural se estiver imbuído de suas inter-relações socioculturais. Os patrimônios passam a fazer parte de um contexto ampliado, para além de seu entorno, constituindo uma paisagem.

Os resultados das gestões dos patrimônios são, muitas vezes, frustrantes, gerando gentrificação ou o desinteresse da comunidade envolvida, pela ausência de representatividade dos objetos preservados. Entende-se que a consideração da paisagem, como contexto de leitura das memórias próprias de cada lugar, seja uma via possível para pensar uma gestão sustentável. Conforme ressalta Meneses (2009, p.29), “como pode algo valer para o mundo todo, se não vale para aqueles que dele poderiam ter a fruição mais contínua, mais completa, mais profunda? Como pode o patrimônio mundial não ter, antes, valor municipal?”.

Para quem a paisagem cultural das usinas sucroalcooleiras de Araras faz sentido? Ela escreve parte da formação do território paulista, parte da história brasileira, com suas diásporas regionais, e é também um registro da formação do território de Araras. Portanto, a paisagem cultural estudada faz sentido aos sujeitos que mantêm uma relação de identidade, seja por ela participar do cotidiano desses sujeitos, seja pela memória de uma parcela da sociedade. Em ambas as escalas, reafirma uma relação de pertencimento.

A sistematização dos valores da paisagem cultural das usinas, para a construção de um plano estratégico de preservação, e as possibilidades de mecanismos de gestão compartilhada, podem ser o início de uma política de longo prazo, onde os objetivos e metas vão se configurando e complementando, acolhendo as transformações percebidas no cotidiano.

Conjugar elementos técnicos e variáveis mais híbridas ou fragmentadas - como são as memórias locais - nesse processo de construção, pode ser um caminho para não cair na armadilha de construir “grandes memórias organizadoras” (CANDAU, 2016), com as quais também se reproduzem as ideias de submissão entre diferentes grupos e classes sociais.

Objetivamente, a participação social dos atores que produzem, mantêm e transmitem este patrimônio nos processos de identificação, reconhecimento e apoio, precisa ser condição na formulação de uma legislação que ampare esse processo.

O monocultivo da cana é parte integradora da paisagem estudada, mas não pode ser restringido, nem ampliado, pois tem sua lógica própria de produção e de mercado, problemas de esvaziamento populacional e enfraquecimento do solo. Contudo,

enquanto as usinas mantiverem sua força produtiva e as relações sociais a ela vinculadas, a paisagem rural permanecerá. Uma preservação enquanto tal. Essa pode ser uma condição que, por si só, permita uma convergência de esforços para sua preservação e, por outro lado, converta-se também em benefício para os negócios.

A paisagem cultural das usinas em análise, não apresenta tendência a tornar-se objeto cultural ou turístico de consumo, mas ações de valorização do conjunto patrimonial, nela presentes, podem conscientizar os sujeitos diretos (usuários, proprietários) e indiretos (gestão pública e população), promovendo sua preservação e mantendo seus usos cotidianos. Considerando a recomendação do quarto princípio de Dublin (2011), uma gestão participativa coerente pode propor e realizar programas de conscientização em toda a riqueza do seu significado, para as sociedades contemporâneas, como visitas guiadas ao local, aproximando-se do modo produtivo, da forma como operam ou operavam seus equipamentos e processos, além de museus da indústria e da cidade, centros de interpretação, exposições, publicações, websites, itinerários regionais ou transfronteiriços. No limite, tais ações podem também repercutir sobre a preservação da Usina Palmeiras, a única desativada.

## Agradecimentos

À CAPES, pela bolsa de mestrado concedida. Ao CNPq, pelo apoio através da bolsa Produtividade em Pesquisa (processo 307827/2017-8).

## Referências

- ALMEIDA, Nelson Martins de. (diretor redator). **Álbum de Araras 1862-1948**. Documento histórico geográfico ilustrativo do município de Araras. Gráfica Odeon, Araras, 1948.
- BARROS CORREIA, Telma; GHOUBAR, Khaled; MAUTNER, Yvonne. **Brasil, suas fábricas e vilas operárias**. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, n. 20, p. 10-32, 2006
- CAMPAGNOL, Gabriela. **Usinas de açúcar: habitação e patrimônio industrial**. São Carlos – Tese de Doutorado – Escola de Engenharia e São Carlos, Universidade de São Paulo, 2008.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. FERREIRA, Maria Cecília (tradução). São Paulo: Contexto, 2016 [2011].
- CARSALADE, Flávio de Lemos. **A preservação do patrimônio como construção cultural**. Arqtextos, São Paulo, ano, v. 12, 2011.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo, UNESP. 2001, pp. 84-163
- CORSINI, Adriana. **Paisagem cultural das Usinas Sucroalcooleiras de Araras, SP: dialética entre preservação e transformação**. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2020.
- D'INCAO, Maria Conceição. **O "Bóia-Fria": acumulação e miséria**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- GOMES, Marco Aurélio. **Preservação e urbanismo: encontros, desencontros e muitos desafios**. In: GOMES, Marco Aurélio; CORRÊA, Elyane L. Reconceituações Contemporâneas de Patrimônio. Salvador: Edufba, 2011. pp.129-144.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **As ideias sobre preservação no início do século XX em países de língua alemã: algumas lições para o Brasil de hoje.** In. *Conversaciones Con.*, (5), 2018, pp. 219-234.

MENESES, UTB de. **A paisagem como fato cultural. Turismo e paisagem.** São Paulo: Contexto, p. 29-64, 2002.

MORAES, A. R. **Adolfo Roberto Moraes: entrevista [fev.2019].** Entrevistadora: Adriana Corsini. USL - Araras, gravação digital (29 min.). Entrevista concedida para o trabalho de Dissertação de Mestrado "Paisagem cultural das Usinas Sucroalcooleiras de Araras, SP: dialética entre preservação e transformação". PUC-Campinas, 2020, p. 289.

ORZARI, S.V. **Usina São João 60 doces anos.** Araras: JC Editora, 2001.

POULOT, D. 2009. **Uma história do patrimônio no Ocidente.** Séculos XVIII – XXI. Do monumento aos valores. Tradução João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio.** IPHAN, 2007.

RÍOS DÍAZ, Covadonga. **Arquitectura industrial y posible reutilización.** Tesis de doctorado en ciencias técnicas, Oviedo, Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Minas de Oviedo-Universidad de Oviedo, 2007. Páginas 121-123.

#### RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: "O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação".

O CADERNOS PROARQ (issn 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

**Submetido em 19/03/2020**

**Aprovado em 29/05/2020**